

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

incluindo a Área 5 que abrange os municípios do ABC, ainda operada por permissionárias, foram publicados pela STM em setembro 2016. Em novembro do mesmo ano a licitação foi suspensa pelo TCE por prazo indeterminado.

Atualmente quatro concessionárias operam na RMSP:

Concessionária	Principais Municípios
INTERVIAS - ÁREA 1	Cotia, Embu das Artes, Taboão da Serra, Itapeverica da Serra
ANHANGUERA - ÁREA 2	Osasco, Barueri, Santana do Parnaíba
INTERNORTE - ÁREA 3	Guarulhos, Mairiporã, Arujá
UNILESTE - ÁREA 4	Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos

RMBS

A Parceria Público Privada (PPP) - do VLT e linhas de ônibus metropolitanos e o fornecimento de sistemas e de veículos nos municípios da RMBS foram premiados em maio pela União Internacional de Transporte Público - UITP Awards 2017, na categoria Modelos de Negócio e de Financiamento Inovadores. O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Além do trecho de 11 km já em operação do VLT, o consórcio também vai operar os trechos em projeto entre Conselheiro Nébias - Valongo, em Santos, de 8 km de extensão, e a ligação de 7,5 km entre Barreiros e Samaritã, em São Vicente. O contrato também prevê o fornecimento de mais 11 VLTs. A concessão é de 20 anos. O Governo do Estado investe no SIM/VLT em obras civis, desapropriações e na compra de 22 VLTs.

RM C

O Consórcio licitado Bus+ é o responsável pela manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

Ferramentas de Gestão do Sistema

- Bilhetagem Eletrônica

A Bilhetagem Eletrônica facilita o planejamento do sistema de transporte para o dimensionamento da rede, favorecendo a adoção de políticas tarifárias e propiciando mais mobilidade com a integração entre os modos de transporte.

Na RMSP a bilhetagem está consolidada por meio do Cartão BOM, cuja responsabilidade de emissão e comercialização de créditos de viagem nas lojas e pontos de venda é da empresa Autopass, contratada pelo CMT-Consórcio Metropolitano de Transporte. Em parceria com a Mastercard e CEF- Caixa Econômica Federal, em Junho foi testado, durante 30 dias, o uso cartões de crédito e débito para pagamento da tarifa em 10 veículos da empresa Miracatiba, que faz parte do Consórcio Interviás.

Na RMBS, a bilhetagem eletrônica foi implantada pelo Consórcio BR Mobilidade em 2016, por meio do cartão BR Card. O sistema possui os seguintes cartões: Unitário, Metropolitano, que é um cartão recarregável e de uso pessoal (VT e Comum); Sênior, utilizado pelos passageiros com idade acima de 60 anos, Passe Livre/Escolar, e o Especial para pessoas com necessidades especiais. São fornecidos nas lojas do consórcio, com exceção dos cartões para os estudantes que devem se cadastrar na EMTU/SP para contar com o benefício do desconto. Além das lojas, a BR Mobilidade oferece pontos de venda de créditos em pontos comerciais e máquinas de autoatendimento, que aceitam cartão de débito, nas 15 estações do VLT. A partir de janeiro, o cartão BR Card se consolidou no sistema metropolitano da RMBS, facilitando a vida dos usuários por meio de integração e descontos de tarifas.

- Índice de Qualidade do Transporte

O IQT é uma ferramenta de avaliação da qualidade dos serviços de transporte, baseada em indicadores de desempenho que refletem o padrão dos serviços prestados à população. O índice geral é composto por índices parciais: frota, operação, desempenho econômico-financeiro e satisfação do cliente. Em 2017 foram feitas 13.003 entrevistas com os usuários das Regiões Metropolitanas.

Inovação+Parceria

Em 2017, a empresa criou o Núcleo de Parcerias + Inovação, responsável pela construção e implantação de política corporativa de inovação, utilizando o conceito de horizontalidade na gestão ao criar o Colegiado de Inovação, formado por funcionários de diversas áreas. A empresa foi a primeira a realizar no mês de março uma hackatona de transporte metropolitano na América Latina.

Alinhada ao conceito de inovação mundial, a EMTU/SP participou, ao longo do ano, de eventos focados em cidades sustentáveis e inovação em transporte público, como o MackCidade - Tecnologia e Inovação na Mobilidade Urbana Sustentável do Mackenzie, e 15ª Assembleia Geral da UITP América Latina, na Argentina, São Paulo Teek Week, e Congresso da Academia Busworld, na Colômbia.

A empresa criou o [E] LAB - Experimentos em Transportes, laboratório metropolitano de inovação, voltado a realização de pesquisas, prototipagens e desenvolvimento dos projetos apresentados em hackatonas. Seis grupos classificados nas maratonas tecnológicas, formados por universitários, estão desenvolvendo suas propostas de melhoria para o transporte metropolitano no [E] LAB. Um deles, o Top Down, venceu a Olimpíada Internacional de Tecnologia e Inovação (ICC'2017) em Martigny, na Suíça, com o projeto "Milênio Bus" realizado em setembro. O laboratório recebe visitas nacionais e internacionais.

A EMTU/SP também é pioneira na América Latina na divulgação de dados abertos do transporte urbano metropolitano que em 2017 passaram a ser disponibilizados no site da empresa. Os dados indexados na Web podem ser acessados, reutilizados e compartilhados por qualquer pessoa da sociedade: desenvolvedores, pesquisadores, estudantes e cidadãos. São informações como linhas e itinerários, tarifas, frota, concessionárias e permissionárias, placas, prefixos, atendimento do Serviço Ligado, ocorrências operacionais e Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e Central de Atendimento ao Cliente (CAC).

APRIMORAMENTO DOS CORREDORES METROPOLITANOS

Corredor Metropolitano ABD (São Mateus-Jabaquara) e Extensão Diadema - São Paulo (Morumbi)

Liga São Mateus, zona Leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona Sul, atravessando quatro municípios do ABC: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. Possui 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus, nove terminais de integração, além da extensão de 12 km que liga Diadema a São Paulo (Morumbi).

Em julho entrou em vigor a tarifa de integração no valor de R\$ 1,00 nos Terminais Metropolitanos de Piraporinha, Diadema e São Mateus, que está sendo cobrada no sentido do sistema municipal para o intermunicipal do Corredor ABD. A cobrança faz parte do cumprimento de cláusulas contratuais com a concessionária Metra, referentes à execução dos serviços de substituição, conservação, manutenção preventiva e corretiva da rede aérea de alimentação dos trilhos. Esse trabalho era de responsabilidade da Eletropaulo e foi transferido para a Concessionária Metra em 2012. Houve também a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica.

Corredor Metropolitano Vereador Bileó Soares (Noroeste)

Com 31, 7 km extensão, liga os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré e Nova Odessa. Em Campinas conta com 3,8 km de faixa exclusiva para ônibus, um Terminal de Integração, uma Estação de Transferência e mais duas paradas com elevador. Em Americana há uma Estação de Transferência e o novo Terminal Metropolitano, entregue em dezembro/17. Em

Hortolândia há 2,9 km de faixa exclusiva, um Terminal e mais duas estações (Pinheiros e Emancipação). Em Santa Bárbara D'Oeste a população conta com um Rodoterminal. Em Nova Odessa há 5 km de faixa exclusiva e uma Estação de Transferência. Em Sumaré, a nova Estação de Transferência Maria Antonia (km 110 Anhanguera) foi concluída em julho/17.

Extensão Nova Odessa - Americana - Santa Bárbara D'Oeste (24,3 km)

A extensão do corredor, em obras, envolve a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7km no viário, além de equipamentos de transporte e "obras de arte" (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros).

As obras remanescentes começaram em maio de 2017. Em dezembro foi concluída a construção do Terminal Metropolitano Americana, oferecendo aos usuários mais conforto e segurança, com infraestrutura de bilheteria, elevador, escada rolante, banheiros, bicicletário e área para lojas e lanchonete. Os trabalhos em execução incluem a adequação de 4,4 km do viário de acesso ao terminal, conclusão do prolongamento do viário de 3 km da Avenida São Paulo (Santa Bárbara D'Oeste), 4,9 km faixas exclusivas nas Avenidas São Paulo (Santa Bárbara D'Oeste) e Europa (Americana), entrega de 23 paradas de embarque e desembarque no trecho entre Americana e Santa Bárbara d'Oeste (seis já foram entregues em Nova Odessa) e liberação total dos 24,3 km do Corredor, ligando Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara d'Oeste, para a população. O investimento total previsto neste trecho é de R\$ 58,3 milhões (contrato atual)

- Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas (4,8 km) Extensão do corredor da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia). Em julho foi entregue à população a Estação de Transferência Maria Antonia (Km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré. Neste trecho já operam a Estação de Transferência Pinheiros e Parada Emancipação, ambas em Hortolândia. O edital de contratação das obras remanescentes dessa ligação foi publicado em agosto. Serão entregues duas alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia, mais a estação de Transferência Rosolém - Hortolândia, Estação Transferência Peron - Hortolândia, Parada III da Av. Lix da Cunha - Campinas e cinco estações de embarque e desembarque. Investimento total previsto neste trecho é de R\$ 74,7 milhões (valor de Edital).

- Variante Sumaré-Hortolândia (7,6 km) Ligação das Avenidas Rebouças (Sumaré) e Olívio Franceschini (Hortolândia); construção de quatro pontes e do viaduto sobre a linha férrea e Ribeirão Quilombo, além da construção do Terminal Multimodal de Sumaré. Está em andamento a contratação de nova empresa para a continuidade do Projeto executivo e licenciamentos ambientais.

Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi) - O Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na região. Atualmente está em operação o trecho de 12,3km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, sendo 9,6km de faixa exclusiva para ônibus.

Trecho Vila Endres/Tiquitira/Penha (4,08km) - Trecho de 4,08 km com Projeto Executivo concluído, considerando as desapropriações pontuais nas áreas onde serão construídas as estações de embarque e desembarque. O traçado deste trecho depende de aprovação da administração municipal de Guarulhos.

Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km) - O projeto executivo para este trecho passará por revisão para inclusão de ciclovia ao longo do traçado para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo. **Sistema Integrado Metropolitano/Veículo Leve sobre Trilhos SIM/VLT** O SIM da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitano estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). O primeiro trecho de ligação por VLT entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, com extensão de 11,5 km, foi concluído em 2017.

A operação do VLT é monitorada pelo Centro de Controle Operacional, que controla a circulação, sistemas de energia, passageiros e segurança das estações e vias. O pátio de manutenção e estacionamento tem capacidade para 33 VLTs. Os veículos são elétricos, silenciosos e não poluentes. Possuem ar condicionado e acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção.

Está em projeto a ligação de 8 km de Conselheiros Nébias ao Valongo, em Santos. Com a conclusão dos dois trechos, a estimativa é de que sejam transportados 70 mil passageiros por dia.

Em janeiro foram entregues 4,5 km do VLT da Baixada Santista e as cinco estações restantes (Bernardino de Campos, Ana Costa, Washington Luiz e Porto, em Santos, e Terminal Barreiros, em São Vicente), finalizando o primeiro trecho entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, passando a atender as 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente.

Horário - em março foi ampliado o horário de funcionamento do sistema para o período das 5h30 às 20h00, passando a atender os usuários durante todo o pico da manhã. A operação plena do VLT começou em abril quando o horário de operação foi estendido para as 23h30, mantendo intervalos de até 10 minutos entre os 10 veículos em circulação.

Em agosto foi iniciada a operação do pátio de estacionamento e manobras localizado no Terminal Barreiros, para apoio à circulação dos VLTs no sentido Barreiros-Porto. No mesmo mês foi disponibilizado aos usuários neste terminal um bicicletário para 100 unidades, além do edifício de apoio de 164 m² de área que possui sala administrativa e banheiros para o uso dos condutores.

Integração - A integração tarifária de dez linhas de ônibus municipais de Santos com VLT começou em setembro, propiciando aos usuários uma economia de R\$ 3,50 em cada viagem. Mais oito linhas metropolitanas também passaram a fazer integração ao novo sistema, totalizando 45 serviços intermunicipais. Os passageiros puderam contar com a integração entre os três modais (Intermunicipal + VLT + municipal), sendo o valor a ser pago o da maior tarifa mais R\$ 1,00. A integração faz parte de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Santos.

Visitas - em setembro, congressistas e engenheiros brasileiros e estrangeiros da 23ª Semana de Tecnologia Metroferroviária foram conhecer o empreendimento.

Material Rodante - Dos 22 VLTs contratados para circular nos trechos Barreiros-Porto e Conselheiro Nébias-Valongo (em projeto), o total de VLTs entregues até 2017 foi de 18.

Sistemas e sinalização - os equipamentos de sistemas e sinalização (fornecimento de energia, sinalização, telecomunicações, semaforização, controle de arrecadação e de passageiros) estão em fase final de instalação no trecho em operação entre São Vicente e Santos. O fornecimento para o segundo trecho que está em projeto entre Conselheiros Nébias - Valongo, em Santos, já está contratado.

Em 2017 o Sistema de Portas Plataforma (PSD) foi instalado em dez estações: Terminal Barreiros, Mascarenhas de Moraes, São Vicente, Bernardino de Campos, Ana Costa, Washington Luiz e Conselheiro Nébias, Emmerrick, N. S. das Graças e José Monteiro.

Trecho Conselheiro Nébias - Valongo - em Santos - Estudos e Licenças Ambientais - 8 km - Este trecho em Santos inclui a construção de um Terminal e 13 estações de embarque e desembarque. Foi contratada empresa para a elaboração de estudos de tráfego, atendendo uma solicitação da Cetesb para a emissão da Licença Ambiental de Instalação. A Licença Ambiental Prévia foi aprovada no mês de outubro. Essa ligação já possui Projetos Básicos e Executivos concluídos e está em fase final a elaboração da planilha orçamentária da obra. O edital para contratação de obras está em

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem a Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 133 cidades e 28 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima de economia mista e capital fechado, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (STM).

40 anos de fundação.

Em 2017 a EMTU/SP completou 40 anos de fundação, se consolidando como empresa moderna e inovadora. Nesse período, incorporou diversas atribuições que mudaram sua vocação: além de gerenciadora, a empresa assumiu a responsabilidade de implantar infraestruturas para aprimorar o serviço de transporte metropolitano à população, desenvolvendo projetos de BRTs, construindo corredores de ônibus e inovando com modernas tecnologias para a estruturação dos sistemas, como o primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que marcou uma nova fase da empresa: gerenciamento e planejamento de sistemas sobre trilhos.

Serviços Diferenciados

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Especial e corredores de ônibus de média capacidade de transporte, a EMTU/SP também é responsável por serviços diferenciados:

RTO (Reserva Técnica Operacional) - serviço especial de característica complementar, que opera na RMSP com veículos de baixa capacidade (até vinte passageiros)

Ponte ORCA Zoo - (Operador Regional de Coletivo Autônomo) transporte especial operado por micro-ônibus, com destino ao Parque Zoológico de São Paulo.

SEC - Serviço Especial Conveniado - LIGADO - operado pelos RTOs da RMSP e da RMC, transporta pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Fretamento - ônibus rodoviários e micro-ônibus cadastrados para grupos fechados de passageiros.

Transporte Escolar - ônibus e micro-ônibus cadastrados para o transporte de estudantes em ligações intermunicipais.

Airport Bus Service - ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para usuários dos aeroportos de Congonhas e Governador André Franco Montoro, na RMSP, com ligações a diversos pontos estratégicos da capital paulista.

Serviço Corujão - três linhas que operam 24 horas nos finais de semana para os usuários da zona Oeste da capital, onde há concentração de casas noturnas.

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	504
RMBS	64
RMC	42
RMVPLN	22
RMS	15
Total Geral	647

Renovação e Acessibilidade da Frota

Em 2017 as concessionárias e permissionárias adquiriram novos veículos, refletindo na idade média da frota em operação e melhorando a acessibilidade às pessoas com deficiência, conforme prevê o Decreto Federal nº 5.296/2004.

Região	Idade Média da Frota		Veículos com Acessibilidade		Total da Frota	
	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
RMSP	7,05	3,526	4,518			
RMBS	3,75	466	530			
RMC	7,48	276	476			
RMVPLN	5,60	157	370			
RMS	7,17	100	174			
TOTAL	6,71	4,525	6,068			

Centro de Gestão e Supervisão

Em 2017, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 3.066 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 1.348 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 760 atualizações, 568 correções e 20 criações de linhas. Foram realizadas ainda 256.431 Ocorrências Operacionais, atendidas 70 operações no PAESE - Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência - e 214 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.

Fiscalização e Inspeção Operacional

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de 5,9 mil veículos cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 515 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 223 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 19,6 mil veículos do serviço. Em 2017 realizou 16,6 mil fiscalizações no Sistema Regular, além de 16,6 mil inspeções de frota, verificando segurança, manutenção, conforto e conservação. No fretamento, que conta com as modalidades de serviços comum, contínuo, eventual e escolar, foram 25,2 mil vistorias.

O trabalho de fiscalização de campo foi aprimorado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e tablets que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos.

A metodologia de inspeção da EMTU/SP serviu de referência para a parceria estabelecida com a Secretaria de Transportes de Taboão da Serra, envolvendo o treinamento dos agentes de trânsito na inspeção dos coletivos da cidade.

PLANEJAMENTO DO SISTEMA METROPOLITANO

A EMTU promoveu mudanças na operação das linhas das cidades do Alto Tietê, Embu das Artes e Taboão da Serra, com destino à capital paulista. Com novas integrações tarifárias, o atendimento foi concentrado em trechos de maior movimento e, em contrapartida os usuários puderam contar com tarifas reduzidas nas baldeações, além de novas opções de transporte e descontos nas integrações de até 25%.

Na RMBS, a empresa realizou mudanças nas linhas que ligam a Área Continental de São Vicente a Santos, atendendo as solicitações dos moradores locais com novas opções de transporte e acréscimo de viagens.

Outras Ações

- Criadas 15 linhas e serviços complementares nas regiões;
- 1.346 intervenções para ajustes de tabelas horárias, itinerários, frota, e etc;

- Elaborados 388 estudos técnicos e 413 informações técnicas para a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM).

GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO

Concessões

A EMTU/SP realiza concessões do Sistema de Transporte Metropolitano, definindo direitos e obrigações dos operadores de ônibus e VLTs.

RMSP

Desde 2006, o Serviço Regular Comum e Seletivo é operado em quatro áreas sob o regime de concessão, com encerramento em 2016, quando foram prorrogados por 20 meses. Os editais para cada área de operação,

previsto para ser publicado no primeiro trimestre de 2018. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já estão contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

Trecho Barreiros - Samaritã - 7,5 km - neste trecho em São Vicente está prevista a construção de quatro estações de embarque e desembarque. O Projeto Básico foi concluído em dezembro de 2017. No primeiro trimestre de 2018 será publicado o edital de contratação do Projeto Executivo.

BRT Metropolitan Litoral Sul

O Projeto Funcional de ligação de 30,4 km do BRT Litoral Praia Grande (Caieira) - Estação São Vicente do VLT, na área insular deste município, está concluído. O empreendimento aguarda fontes de financiamento, pois os recursos que viriam do Orçamento Geral da União, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Ministério das Cidades foram suspensos.

PLANO DE RESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO POR ÔNIBUS

Obras e projetos em andamento

Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo.

O traçado do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo, de 23,6 km, começa junto à Estação Itapevi, da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba, Osasco e São Paulo, onde futuramente será integrado com os ônibus municipais de São Paulo no Terminal Amador Bueno (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

Trecho Itapevi - Jandira (5 km) - Em dezembro foi concluída a construção do viaduto sobre a Rua Ameríndia e a linha férrea da Linha 8 da CPTM, com 330 metros de extensão e 16 metros de largura, com espaço para circulação de pedestres e bicicletas. Ao lado também será implantada uma passarela, com escadas e rampas, atendendo as exigências de acessibilidade. Esse trecho, com 76,5 % dos trabalhos executados, também contará com a Estação de Transferência Itapevi e sete estações de embarque e desembarque, obras que deverão ser concluídas em 2018. O investimento total previsto nesta ligação é de R\$ 56,5 milhões (contrato atual)

Trecho Jandira - Terminal Carapicuíba (8,8 km) - as obras neste trecho avançaram em 2017 e incluem a construção do Terminal Carapicuíba, da Estação de Transferência de Barueri e nove estações de embarque e desembarque. Em setembro foi publicado o edital de contratação das obras remanescentes dessa ligação, onde mais de 67% dos trabalhos foram executados. O investimento total previsto é de R\$ 36,7 milhões (valor licitação) e as obras deverão ser concluídas em 2019.

Trecho Terminal Carapicuíba - Osasco km 21 (2,2 km) - em agosto foi entregue o Terminal Metropolitano Luiz Bortoloso (km 21 Osasco), no qual foram investidos R\$ 29 milhões para atender 250 mil passageiros por dia em área construída de 8.000m² com seis plataformas, elevadores, escadas rolantes, banheiros e bilheterias. As obras remanescentes desta ligação, que está com 65% dos trabalhos concluídos, estão sendo contratadas por meio de licitação, cujo edital foi publicado em setembro, e envolvem a construção de viaduto em Carapicuíba, alças de acesso e duas paradas. O investimento total estimado para este trecho é de R\$ 59,5 milhões (valor licitação)

Trecho Km21 Osasco - Terminal Vila Yara - Osasco - (7,6 km) - Em dezembro foi contratada a empresa vencedora da licitação pública para execução das obras e serviços de reforma e ampliação do Terminal Vila Yara. Nesse trecho também está prevista a construção de 10 estações de embarque e desembarque. Os projetos básico e executivo foram concluídos, viabilizando a publicação do edital de contratação de obras.

BRT Metropolitano Perimetral Leste (Jacu Pêssego)

O BRT Metropolitano Perimetral Leste tem seu Projeto Básico que foi concluído em novembro de 2017 e foi dividido em dois trechos:

- Trecho 1, em Guarulhos, com ampliação do Terminal Cecap; 7,7km de adequação viária entre as avenidas Monteiro Lobato, em Guarulhos, e a rodovia Ayrton Senna; seis estações de embarque / desembarque.

- O trecho 2 percorrerá 14,4km de corredor exclusivo na avenida Jacu Pêssego, na zona leste da capital. Inclui uma Estação de Transferência (Dom Bosco) com integração à CPTM e 15 estações de embarque / desembarque. Será interligado ao corredor planejado pela SPTrans previsto para seguir até o Terminal Metropolitano São Mateus. Com isso, será concluído um novo eixo de conexão perimetral entre Guarulhos e o ABC paulista. A demanda prevista para esse sistema de transporte é de 175 mil passageiros por dia.

Em junho e agosto a EMTU/SP apresentou o Projeto Básico em um ciclo de palestras com lideranças da região leste de São Paulo, com o objetivo de ouvir sugestões que possam ser agregadas ao projeto executivo. Está em fase de contratação os Projetos Executivos referentes aos Trechos 1 e 2.

BRT Metropolitano Perimetral Alto Tietê (Arujá - Ferraz de Vasconcelos)

Terá 20,2 km de extensão ligando Arujá a Ferraz de Vasconcelos, passando por Itaquaquecetuba e Poá. Serão construídos dois terminais metropolitanos, duas Estações de Transferência, além da reforma do terminal Cidade, e implantação de 25 estações de embarque e desembarque. O projeto prevê também a construção de dois viadutos (Arujá e Ferraz de Vasconcelos) e novo viário de 0,8 Km. O empreendimento deverá atender cerca de 80 mil passageiros por dia e foi dividido em três trechos:

Trecho 1 - em Arujá: 2,0 km e inclui a construção do Terminal Arujá

- Projeto Básico concluído em dezembro 2107

- Conclusão do Projeto Executivo prevista para março de 2018

Trecho 2 - Arujá - Itaquaquecetuba: de 10,7 km, inclui a construção da Estação de Transferência Estrada do Corredor (trecho compartilhado com execução de obras do DER - Rodovia SP 056)

- Conclusão do Projeto Básico está prevista para agosto de 2018

- Conclusão do Projeto Executivo prevista para outubro de 2018

Trecho 3 - Itaquaquecetuba - Poá - Ferraz de Vasconcelos: de 7,5km, inclui a construção da Estação Monte Belo, Terminal Kemel (reforma) e Terminal Ferraz de Vasconcelos

- Conclusão do Projeto Básico está prevista para março/2018

- O edital para a contratação do Projeto Executivo está em elaboração e a previsão para ser realizado entre 2018/2019, conforme disponibilidade financeira.

Transporte Rápido Intermunicipal do Vale do Paraíba - TRIVALE

A primeira etapa do TRIVALE - Sistema de Transporte Rápido Intermunicipal da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - prevê a construção do BRT Metropolitano São José dos Campos - Jacareí, de 24 km, incluindo dois terminais de integração nas duas cidades.

Em março de 2017, a EMTU/SP apresentou o Projeto Funcional para os municípios envolvidos. Próximas etapas: anuência dos municípios e assinatura dos convênios entre EMTU e Prefeituras.

O TRIVALE é uma importante alternativa de mobilidade aos usuários do transporte público da região, que hoje utiliza a Rodovia Presidente Dutra para a circulação dos ônibus.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL.

A EMTU/SP promove ações voltadas a motivar a inclusão social, saúde, educação e cultura da população e de seus usuários.

Projeto “Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil”

O projeto foi desenvolvido em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Global Environment Facility - GEF e da Agência Brasileira de Inovação - FINEP. A EMTU/SP acompanhou o desempenho dos ônibus movidos a célula a combustível hidrogênio no Corredor Metropolitano ABD.

Foram fabricados quatro veículos, um deles um protótipo, que em 2010 começou a operar em linha no corredor. Os demais veículos, com inovações em relação ao protótipo como a nacionalização de todo o sistema de tração, maior capacidade de carregamento de passageiros e aperfeiçoamento dos sistemas de controle, também circularam no Corredor ABD a partir de 2015. No mesmo ano começou a funcionar a Estação de Produção e Abastecimento de Hidrogênio, em São Bernardo do Campo/SP. O contrato de parceria foi encerrado em 2016.

Em 2017 a EMTU/SP manteve tratativas junto à Universidade de São Paulo (USP) visando à retomada operacional desta tecnologia e produção de pesquisas técnico-científicas para maior desenvolvimento do sistema.

Gerenciamento Ambiental

A EMTU/SP tem visitado regularmente todas as garagens das concessionárias da RMSP para coletar informações técnicas e operacionais, fundamentadas no Programa Internacional STAQ - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar. O objetivo é verificar o desempenho ambiental de cada

unidade, ação que indicará práticas que poderão ser adotadas pelas empresas para melhorar seus índices ambientais.

Também está em discussão interna a regulamentação para que a transferência dos dados pelas empresas à EMTU/SP seja feita de forma sistemática para análise e incremento da sustentabilidade no transporte metropolitano. O I STAQ foi desenvolvido por meio de convênio de cooperação técnica entre a EMTU/SP e a ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos, entidade que recebeu doação de US\$ 1,3 milhão do Banco Mundial para o desenvolvimento de estudos e metodologias para implantação de gerenciamento ambiental e inserção de tecnologias ambientais mais limpas no sistema de transporte metropolitano de baixa e média capacidade. Dois estudos foram desenvolvidos no âmbito do programa: I - Desenvolvimento de metodologia para inventário de emissões de poluentes e análise dos aspectos e impactos ambientais no sistema metropolitano. II - Comparação de tecnologias veiculares de tração. Coube à EMTU/SP a supervisão técnica dos projetos que foram recebidos sob a forma de doação.

Convênios

Durante 2017, a EMTU/SP manteve discussões, com base no relatório produzido pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo - IAG/USP, para a adoção de medidas de engenharia e de arquitetura nos futuros projetos desta gerenciadora que possibilitem a redução das concentrações de poluentes, beneficiando os usuários do sistema.

O relatório é resultado do convênio firmado entre a EMTU/SP e o IAG/USP, em 2016, com o intuito de verificar as concentrações de poluentes na infraestrutura do transporte público metropolitano de baixa e média capacidade. Os experimentos foram realizados nos Terminais Metropolitanos de Santo André, Diadema, CECAP (Guarulhos) e de Campinas.

Outro trabalho que está sendo desenvolvido, em conjunto com a Fundação Carlos Alberto Vanzolini - FCAV, é a elaboração de um novo referencial técnico com especificação de critérios de desempenho a serem cumpridos, a fim de obter a Certificação Ambiental e Energética Alta Qualidade Ambiental - AQUA-HQE para os empreendimentos sob gestão da EMTU/SP. Um convênio foi firmado com a FCAV em 2016 com o intuito de desenvolver ações para a definição compartilhada de requisitos construtivos e operacionais, de utilização e gestão de materiais, insumos, recursos e processos ambientais e energéticos para os futuros empreendimentos de transporte público. Trata-se de uma ação inédita no setor com foco na promoção da sustentabilidade do sistema, colaborando com a melhoria das condições ambientais e de saúde pública.

Desenvolvimento tecnológico

A EMTU/SP participa do Grupo de Trabalho de Energia formado no IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (USP). Foi proposta pela EMTU/SP e está em discussão no Grupo, entre outros temas, o desenvolvimento de um projeto de instalação de um sistema fotovoltaico de geração de energia elétrica a ser utilizada em infraestruturas do transporte metropolitano, ação que pode resultar em redução do consumo de energia da rede pública, propiciando maior sustentabilidade ao setor.

Programa Conscientizar

O Programa ConscientizarAR visa diminuir a emissão de poluentes dos ônibus metropolitanos com a conscientização das empresas operadoras sobre a necessidade de manter os motores regulados. A emissão da fumaça preta é medida pelo opacímetro e em caso de reprovação do veículo, a operadora é notificada e na reincidência multada.

Região Metropolitana	Inspecções	Aprovação
RMSP	720	99,72%
RMBS	145	86,90%
RMC	8	62,50%
RMVPLN	3203	87,48%
RMS	10	60,00%
TOTAL	4086	89,50%

Passageiro Especial - Serviço Especial Conveniado - Ligado

Em 2017, o número de usuários deste serviço criado para transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa chegou a 4.952 passageiros, entre estudantes e acompanhantes. Todos os veículos são monitorados via satélite, sendo 101 na RMC e 343 na RMSP. Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), os alunos transportados fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE.

Centro de Atendimento ao Passageiro Especial

Foi desenvolvido em 2017 o projeto “Treinamento continuado” que será aplicado com o objetivo de manter o atendimento adequado ao cidadão com necessidades especiais para a solicitação do benefício da gratuidade nos transportes metropolitanos. O corpo técnico realizou diversas palestras e treinamentos junto às unidades de saúde de todas as Regiões Metropolitanas, visando facilitar o acesso aos sistemas de emissão de laudos e esclarecimentos de dúvidas dos profissionais da saúde.

Na Região Metropolitana da Baixada Santista foram atendidos mais de 13 mil usuários com deficiência para a obtenção do cartão BR Card Especial, um trabalho que envolveu verificação de documentação, auditoria médica e avaliação de vínculo empregatício.

Na Região Metropolitana de Campinas, os técnicos atuaram no atendimento aos passageiros especiais do município de Morungaba que recentemente passou a fazer parte da RMC. Foram realizados treinamentos e palestras, incluindo apresentação do benefício da isenção tarifária em audiência pública realizada na Câmara Municipal, a pedido daquela casa legislativa. Nas Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba/Litoral Norte e Sorocaba, mais de 1.000 atendimentos foram feitos em diversas cidades pela Unidade de Atendimento Móvel (Capes Móvel). Em 2017 foram 57.982 pessoas com deficiência passaram a contar com o benefício da isenção tarifária na RMSP; na RMBS, 12.584; na RMC, 3.576; na RMVPLN, 2.622; e na RMS, 838. O total de carteiras emitidas neste ano foi de 77.602.

Usuários participam de campanhas Sociais, Culturais e Esportivas

Foram realizados pela Gerência de Marketing Institucional 85 eventos entre campanhas sociais, ações culturais e esportivas promovidas pela EMTU/SP, em parcerias com instituições estaduais, municipais e da sociedade civil ligadas à saúde, cultura, esporte e lazer. Os eventos que mais se destacaram nos terminais foram: prevenção da hepatite C, da dengue, de doenças sexualmente transmissíveis HIV/DST's e da hipertensão. Em agosto a EMTU participou, juntamente com o Metrô, CPTM e SPTrans, da campanha “Juntos podemos parar o abuso sexual nos transportes”, organizada pelo Tribunal de Justiça com o objetivo de unir as instituições públicas e privadas contra a violência sexual nos transportes públicos. Agentes da área operacional receberam treinamento sobre os procedimentos a serem adotados em caso de denúncia ou flagrante de delito. Cartazes foram afixados em todos os veículos dos diversos modais da Capital e da Grande São Paulo e também mensagens nas redes sociais da EMTU. Para comemorar os 20 do Programa Arte nos Terminais da EMTU/SP, foram realizados eventos especiais como exposição, apresentações musicais e prática de atividades físicas.

Relacionamento com os usuários e comunidades

Em 2017, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet, fax, etc), realizaram 150.587 atendimentos e deste total, 87,65% estão relacionados a informações solicitadas pelos usuários, conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	Quantidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Passe Escolar	49.682	32,99
	Serviços das linhas intermunicipais	26.026	17,28
	Itinerário	15.807	10,50
	Telefone de empresas e de outros órgãos	9.744	6,47
	Outras*	30.738	20,41
	Subtotal	131.997	87,65
Demandas	Sugestões e Elogios	1.247	0,83
	Reclamações e/ou Denúncias	17.343	11,52
	Subtotal	18.590	12,35
	TOTAL	150.587	100

* (Cart.Pass. Especial, endereço, greve, integração, isenção tarifária, passe desempregado, passe idoso e vale transporte).

EMTU na Comunidade

EMTU na Comunidade é um conjunto de ações de comunicação e relações públicas direcionadas à população para esclarecimentos e orientação sobre a implantação dos empreendimentos da empresa. O Programa tem por objetivo garantir transparência ao processo de comunicação, interagindo com lideranças comunitárias, políticas, municipalidades, comunidades, mídias e associações. Ao longo de 2017, realizou levantamentos e cadastramentos socioeconômicos, comunicados à população, atendimento presencial nos canteiros de obras, distribuição de boletins, campanhas de utilidade pública, palestras e reuniões.

Redes Sociais, Internet e Imprensa

As redes sociais têm sido ferramentas importantes para estreitar o relacionamento com os clientes, por meio de respostas a sugestões, dúvidas, reclamações e divulgação de programas e ações da EMTU/SP. Até dezembro de 2017 o Twitter da empresa contava com 47,2 mil seguidores; o Facebook 20,3 mil e o Youtube mais de 1 mil internautas inscritos. **Internet** - o site www.emtu.sp.gov.br é outro canal que disponibiliza aos clientes uma fonte completa de informações sobre os empreendimentos, serviços e opções de deslocamentos no sistema (consulta de itinerários). Em 2017 o site contava com mais de 3,7 milhões de usuários e cerca de 16,3 milhões de visualizações. **Aplicativo** - o aplicativo para celulares e tablets foi desenvolvido com o objetivo de facilitar a consulta das linhas, que permite ao usuário a programação da viagem de modo fácil e prático, além da obtenção dos serviços que atendem a área onde é feito o acesso e conhecimento sobre o tempo em que o ônibus chegará ao ponto de embarque. Em 2017 esse aplicativo manteve a média de 35 mil usuários ativos em dias de semana.

Imprensa - A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos pertinentes à sua área de atuação.

Comunicação com Usuários

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, totens, livretos, cartazes e anúncios informativos em jornais e rádios nas Regiões Metropolitanas do Estado.

Eventos Técnicos

Em abril a EMTU/SP participou da 61ª edição do Congresso Estadual dos Municípios juntamente com a STM, CPTM e Metrô, em Campos do Jordão, organizado pela Associação Paulista de Municípios. No estande da STM ficaram expostos os projetos e programas das empresas coligadas. A empresa participou do painel “VLT, Integração e transporte de massa” no seminário a “Região em Pauta”, que ocorreu em junho, na cidade de Santos e foi coordenado pelo jornal A Tribuna. No mesmo mês, o diretor-presidente da EMTU/SP foi o moderador do painel “Autoridade Metropolitana” no 21º Congresso da Associação Nacional de Transportes Públicos. Foram apresentados os trabalhos técnicos “Transporte Estruturado da Bacia Sudoeste” e “Transporte Rápido Intermunicipal do Vale - TRIVALE”. Na Bahia, em setembro, a EMTU/SP foi representada no I Congresso Brasileiro de Psicologia do Tráfego e XII Congresso Brasileiro de Medicina do Tráfego. Participou também, em setembro, da 23ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, com palestrante no painel “Planos de desenvolvimento urbano e sua relação com os transportes sobre trilhos”. Em novembro a EMTU/SP divulgou material informativo sobre o Sistema Integrado Metropolitano - VLT da Baixada Santista na 20ª edição da Expo Negócios nos Trilhos.

Recursos Humanos

Jovem Cidadão - A EMTU/SP é parceira da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, no programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho que tem o objetivo de oferecer ao estudante de ensino médio a vivência das relações de mercado. Em novembro de 2017, a empresa registrou em seu quadro 14 estagiários.

Educação no Trabalho - em novembro de 2017 constavam no quadro da empresa 76 estagiários de nível superior, contratados por intermédio do agente de integração CIEE - Centro de Integração Empresa Escola.

Aprendiz - em atendimento à Lei 5598, de 1/12/2005, por intermédio do CAMP-SBC, em novembro de 2017, a empresa contou com 15 Aprendizes, sendo nove em São Bernardo do Campo e seis na Sede (SP). O Programa de Aprendizagem é um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, contendo especificação do público alvo e dos conteúdos programáticos a serem ministrados, entre outras especificidades.

Treinamento - Até o mês de dezembro de 2017, a EMTU/SP propiciou aos colaboradores o total de 2.750 horas de treinamento, apresentando a média de 22,31 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 43.477,40, representando uma média per capita de R\$ 79,78. Os treinamentos tiveram enfoques de capacitação e atualização profissional, destacando-se o significativo número de colaboradores treinados nos assuntos relacionados à “Prevenção de Combate ao Princípio de Incêndio”, cursos relacionados às novas práticas trabalhistas em razão da Reforma Trabalhista e atualização relacionada ao “Novo Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Estatais, de acordo com a Lei nº 13.303/16”, entre outros.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No encerramento do exercício de 2017, a realização da gestão financeira demonstra que a EMTU/SP manteve a sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenção do Governo do Estado.

A gestão econômica registrou prejuízo contábil no montante de R\$ 33,838 milhões (lucro de R\$ 13,257 milhões em 2016). Este fato refletiu nos Índices de Liquidez, Grau de Endividamento e Margem Bruta. A apuração de resultado do exercício de 2017 está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e dos diversos relatórios que compõem o encerramento do Balanço de 2017 da EMTU/SP.

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2017

Receitas Próprias / Despesas de Custeio

A execução orçamentária do exercício de 2017, em se tratando de Receitas Próprias e Despesas de Custeio, ocorreu uma realização satisfatória, equilibrada e dentro dos parâmetros estabelecidos no Orçamento Empresarial para o período. As Receitas Próprias alcançaram um nível de realização da ordem de 99,74% em relação ao projetado para o período e as Despesas de Custeio, alcançaram um nível de realização da ordem de 95,76% em relação ao total projetado de despesas para o período.

Investimentos - Realizado 2017.

A execução orçamentária do exercício de 2017, sobre o aspecto de recursos para Investimentos, a EMTU/SP contou com uma dotação de recursos aprovada pela LOA nº 16.646, de 29/12/2016 da ordem de R\$ 359,7 milhões, para o desenvolvimento do programa de investimentos em infraestrutura de Transporte nas Regiões Metropolitanas do Estado São Paulo. Destre montante foram disponibilizados durante o exercício o montante de R\$ 226,6 milhões composto por recursos oriundos da Fonte 001 - Tesouro do Estado e Fonte 007 - Financiamentos junto a Caixa Econômica Federal. Do referido montante disponibilizados, foram realizados os seguintes valores: R\$ 160,9 milhões com recursos da Fonte 001 - Tesouro do Estado e R\$ 29,4 milhões de recursos originários da Fonte 007 - Operações de Créditos, totalizando R\$ 190,3 milhões, equivalentes a 84,0% do montante de dotação disponibilizada para o exercício de 2017.

Investimentos - Previsto 2018.

Para o exercício de 2018, a EMTU/SP conta com um total de recursos de Dotação Orçamentária para Investimentos da ordem de R\$ 347,5 milhões, aprovado pela LOA nº 16.646, de 11/01/2018. Após o abatimento do valor de R\$ 119,3 milhões referente ao contingenciamento estabelecido para os recursos oriundos da Fonte 001 - Tesouro do Estado resulta em um novo valor de dotação no montante de R\$ 228,2 milhões. Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos - R\$ 14,4 milhões e R\$ 99,8 milhões relativos ao total de recursos inscritos em Restos a Pagar, perfaz o montante de R\$ 342,4 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa de Investimentos 3706- Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade - PITU EM MARCHA, do Governo do Estado de São Paulo, a ser desenvolvido pela EMTU/SP, nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, no decorrer do exercício de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL (Expresso em R\$ mil)

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	3	2.404	1.361
Aplicações Financeiras	3	65.444	29.749
Contas a Receber	4	34.520	89.236
Créditos Fiscais a Recuperar		-	621
Estoques		455	939
Créditos Diversos		939	1.139
Despesas Pagas Antecipadamente		430	85
Total do Circulante		104.192	123.130
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais	5	5.613	5.367
Ônibus Célula a Hidrogênio	4	3.100	3.100
Total		8.713	8.467
Imobilizado	6	2.034.612	1.865.308
Intangível	7	77.914	79.710
Total do não Circulante		2.121.239	1.953.485

PASSIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	28.747	91.045
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		7.063	6.188
Provisão para Férias e Encargos		7.589	7.453
Contas a Pagar		4.337	2.310
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	10	89.454	50.683
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	9	26.378	20.263
Total do Circulante		163.568	177.942
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.390	3.987
Depósitos Judiciais		1.277	1.277
Retenções Contratuais		334	145
Total do não Circulante		5.001	5.409
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Autorizado		2.459.418	2.459.418
Capital a Subscrever		(319.856)	(622.769)
Capital Integralizado		2.139.562	1.836.649
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Capital Atualizado		2.139.626	1.836.713
Prejuízos Acumulados		(183.147)	(149.309)
Ajustes Patrimoniais		4.877	4.877
Adiantamento para Aumento de Capital		95.506	200.983
Total do Patrimônio Líquido		2.056.862	1.893.264
TOTAL DO PASSIVO		2.225.431	2.076.615

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Autorizado		Reserva de Adiantamentos		Lucros/		
	Autorizado	A Integralizar	Total	Incentivos Fiscais	Ajuste Patrimonial	Prejuízos Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.005.218	(506.280)	1.498.938	64	4.877	(160.430)	1.513.603
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(2.136)	(2.136)
Integralização de Capital	454.200	(454.200)	-	-	-	-	(337.711)
Capital Integralizado	-	337.711	337.711	-	-	-	337.711
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	368.540
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	13.257	13.257
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.459.418	(622.769)	1.836.649	64	4.877	(149.309)	1.893.264
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	(302.913)
Capital Integralizado	-	302.913	302.913	-	-	-	302.913
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	197.436
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(33.838)	(33.838)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.459.418	(319.856)	2.139.562	64	4.877	(183.147)	2.056.862

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, sociedade anônima de economia mista e capital fechado, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMTPLASA em 1980, através do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Empresa, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988.

b) A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

c) A Empresa tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Com a promulgação das Leis no. 11.638/2007 foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei no. 6.404/76 sobre matéria contábil, com vigência a partir das Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as empresas constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo empresas de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 4 - Contas a receber e outros créditos; Nota 6 - Imobilizado e Nota 10 - Provisões para Contingências.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

b) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão de créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição.

d) Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário, incluindo os custos com implantação do Corredor ABD e do Corredor Metropolitano Noroeste - RMC. As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota 6.

A Empresa optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do

custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contra partida o patrimônio líquido, líquida dos efeitos fiscais (nota 7).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

f) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, custos de projetos de terminais e corredores pré-estruturais. As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota 7).

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h) Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da empresa para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 89,454 mil, conforme nota 10.

Adicionalmente a Empresa possui depósitos judiciais conforme informado na nota explicativa nº 5, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores legais.

i) Ajuste de exercícios anteriores

Em 2016, foram identificados ajustes de exercícios anteriores referente a valores contabilizados como Créditos Fiscais a Recuperar que não possuem mais expectativas de realização devido não existirem processos administrativos ou judiciais que busquem a sua recuperação e/ou compensação. Dessa forma, tendo em vista que os mesmos se encontrarem prescritos, os saldos foram baixados do ativo circulante da Empresa. São eles: (a) Créditos Fiscais de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 2.134.218,62 e (b) Paspes - Processo S.R.F - Idort - R\$ 2.000,00.

2.3. Informações para efeito de comparabilidade

Determinados saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reclassificados para fins de melhor comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estas reclassificações não tiveram efeitos sobre o patrimônio líquido da Empresa, conforme demonstrado abaixo:

	Saldos em 31 de dezembro de 2016		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.422)	4.422	-
Outras Receitas Operacionais	-	5.036	5.036
Outras Despesas Operacionais	-	(9.458)	(9.458)

3) CAIXA E EQUIVALENTES

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e Bancos	2.404	1.361
Aplicações Financeiras	65.444	29.749
TOTAIS	67.848	31.110

Os saldos de aplicações financeiras em 31/12/2017 constituem-se de investimentos cujos rendimentos estão atrelados as modalidades CDB/CDI e Poupança, e estão disponíveis para resgate imediato.

4) CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	10.215	-	54.122	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	20.398	1.439	27.090	1.439
Fretamento das Regiões Metropolitanas	2.031	-	2.007	-
Monitoramento	953	-	1.737	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	1.503	-	1.706	-
Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda.	1.520	-	777	-
Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil	-	3.100	-	3.100
Consórcio BUS +	386	-	576	-
Outros Créditos	9.473	279	10.643	279
(-) Créditos Vencidos e Recebidos	(11.959)	(1.718)	(9.422)	(1.718)
TOTAIS	34.520	3.100	89.236	3.100

O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Expressa em R\$ mil)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Receita Operacional Líquida		125.918	123.486
Custo dos Serviços Prestados		(68.980)	(67.772)
Resultado Bruto		56.938	55.714
Receitas (Despesas) Operacionais Gerais e Administrativas	10	(91.684)	(40.382)
Receitas Financeiras		2.685	4.475
Despesas Financeiras		(988)	(1.158)
Vales Transporte não Remidos		1.603	-
Outras Receitas Operacionais		6.736	5.036
Outras Despesas Operacionais		(8.163)	(9.458)
Variações Monetárias Passivas		(581)	(969)
Baixa de bens do Ativo Permanente		(4)	(2)
Indenizações de Seguros Recebidos		-	1
Resultado Operacional		(33.458)	13.257
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(33.458)	13.257
Imposto de Renda		(285)	-
Contribuição Social sobre o Lucro		(95)	-
Lucro Líquido do Exercício		(33.838)	13.257
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações		-	-

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Expressa em R\$ mil)

	31.12.2017	31.12.2016
SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL	31.110	41.271

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado do Exercício	(33.838)	13.257
Ajuste por itens que não afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	4.181	5.089
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	4.323	8.784
Total	(25.334)	27.130

VARIAÇÕES DO ATIVO

Contas a Receber	50.393	(29.093)
Créditos Fiscais a Recuperar	621	2.505
Estoque	484	(73)
Créditos Diversos	200	(352)
Despesas Pagas Antecipadamente	(345)	487
Total	51.353	(26.526)

VARIAÇÕES DO PASSIVO

Fornecedores	(62.298)	15.949
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	875	811
Provisão de Férias	136	470
Contas a Pagar	2.027	22
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	38.771	(10.208)
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	6.115	(4.958)
Total	(14.374)	2.086

Total das Atividades Operacionais

11.645 **2.690**

FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Depósitos Judiciais	(246)	(830)
Imobilizado	(171.579)	(377.750)
Intangível	(110)	(15)
Total das Atividades de Investimento	(171.935)	(378.595)

FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Fornecedores	(597)	(598)
Retenção Contratual	189	(63)
Capital Autorizado	-	454.200
Capital a Subscrever	302.913	(116.488)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(2.136)
Adiantamento para Aumento de Capital	(105.477)	30.829
Total das Atividades de Financiamento	197.028	365.744

SALDO FINAL DO DISPONÍVEL

67.848 **31.110**

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 10,215 milhões (R\$ 54,122 milhões em 2016).

Ainda durante o exercício de 2017, a Empresa registrou a título de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 7.415 milhões (R\$ 8.784 milhões em 2016). Os títulos que foram provisionados referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.

5) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2017	2016
Móveis e Utensílios	10%	10
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	50
Edificações	1,1866% a 1,2400%	50
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50
Imobilizações em Andamento	0%	-
Instalações	10%	10
Veículos Auxiliares	20%	10
TOTAIS		2.091.324

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

7) INTANGÍVEL

	2017			2016		
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.313	4.993	320	583
Marcas e Patentes	-	-	9	-	9	9
Projetos e Desenvolvimento Sist. Trólebus	5%	20	17.067	17.067	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	435	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	50	93.461	17.955	75.506	77.039
TOTAIS			118.364	40.450	77.914	79.710

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE - IFRS

A empresa elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2014, portanto as informações comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas de acordo com as novas práticas contábeis e as legislações vigentes.

O valor total de ajuste no Imobilizado e Intangível, decorrente da reavaliação dos critérios de depreciação dos ativos, foi de R\$ 4,877 milhões, lançados em 1º de janeiro de 2014 e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em vigor, a "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Empresa não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangíveis.

Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

A empresa procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil. Para fins dessa análise, a empresa constituiu uma comissão interna assessorada por consultores externos para a realização do estudo da expectativa de utilização dos bens, e a estimativa de vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos.

O valor justo apurado não difere significativamente do valor justo que o imobilizado possui em 31 de dezembro de 2016.

As vidas úteis estimadas para os períodos subsequentes são as seguintes:

A partir de Janeiro de 2017	Até Dezembro de 2017	
	Estimada	Definida
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 50 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos
01.03.02.03.00	Maquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar	05 - 10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

8) FORNECEDORES

	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria da Receita Federal - Refis	595	3.049	595	3.646
CMT	98	-	51.475	-
Consórcio Expresso VLT	-	-	1.617	-
Consórcio Queiroz Galvão	-	-	9.898	-
Consórcio Biléo Soares	3.575	-	-	-
Consórcio PSD	1.194	-	-	-
Enpavi	2.673	-	-	-
Remição/Remição RTO/Senior	6.538	-	2.486	-
Consórcio Equipav/Empo	-	-	5.341	-
Consórcio Bosung	-	-	6.644	-
Programa Passe Livre	3.053	-	1.275	-
Consórcio VLT	2.955	-	-	-
Fupam	-	-	413	-
Porto Seguro	1.057	-	941	-
Polux	-	-	592	-
Sistran	-	-	34	-
TB	591	-	505	-
Mobibrasil	513	-	-	-
Noxxon	281	-	341	-
Headwayx	30	-	269	-
Ame	235	-	228	-
Logit	28	-	132	-
Pullin	25	-	127	-
Metra Sistema Metropolitan	9	-	477	-
Vetec	221	-	105	-

	Não Circulante	Não Circulante
Depósitos Judiciais - Justiça do Trabalho.	4.796	4.551
Depósitos Judiciais - Cíveis e Fiscais.	817	816
TOTAIS	5.613	5.367

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

6) IMOBILIZADO

	2017			2016		
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Benner			50	-	-	-
Prodesp			24	-	7	-
Planinvest			-	-	305	-
Protege			118	-	112	-
Bus+			155	-	149	-
ECR Engenharia			-	-	279	-
CPOS			137	-	203	-
Sondotécnica			-	-	325	-
RR Donnelley Moore			-	-	376	-
SPTrans			220	-	1.692	-
Sodexo			305	-	-	-
Ticket			122	-	119	-
Outros			3.945	341	3.983	341
TOTAIS			28.747	3.390	91.045	3.987

	2017			2016		
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.313	4.993	320	583
Marcas e Patentes	-	-	9	-	9	9
Projetos e Desenvolvimento Sist. Trólebus	5%	20	17.067	17.067	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	435	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	50	93.461	17.955	75.506	77.039
TOTAIS			118.364	40.450	77.914	79.710

	2017	2016
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes e Convênios)	26.378	20.263

9) RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

O valor de R\$ 26.378 (R\$ 20,263 em 2016) refere-se a recebimentos relativos à comercialização pela EMTU/SP de Vales Transporte faciais, conforme Lei Federal nº 7.418/85 que criou o Vale-Transporte e mediante a Resolução STM nº 083/07, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que incumbiu por delegação a EMTU/SP de administrar, operacionalizar e emitir os VTs, e de convênios com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, entre outros. Esta importância será repassada as operadoras do sistema durante o exercício de 2018.

10) CONTINGÊNCIAS

A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração da Empresa, consultada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Trabalhistas	9.165	6.057
Cíveis e Fiscais	80.289	44.626
TOTAIS	89.454	50.683

Em novembro de 2014 a empresa procedeu ao provisionamento de ações cíveis no valor de R\$ 76,288 milhões, referentes a reequilíbrio contratual de empreendimentos e reequilíbrio dos contratos de concessão (operação de linhas metropolitanas). Em fevereiro de 2015 a Ação de Procedimento Ordinário por desequilíbrio contratual movido pelo Consórcio Anhanguera foi julgada improcedente, o que acarretou a mudança do seu grau de risco e uma reversão no montante de R\$ 7,184 milhões. Em julho de 2015 o CAESP - Conselho Arbitral do Estado de São Paulo - julgou Parcialmente Procedente a Ação Indenizatória por desequilíbrio econômico financeiro, movido pelo Consórcio Queiroz Galvão Camargo Corrêa, alterando o valor da causa e resultando em uma reversão de R\$ 8,558 milhões. Em dezembro de 2015 a Ação de Procedimento Ordinário movida pelos Consórcios Interviás Anhanguera e Internorte, referente ao reequilíbrio dos contratos de concessão, foi julgada Extinta, resultando em uma reversão no montante de R\$ 17,530 milhões.

O montante total da reversão das provisões para contingência cíveis realizadas durante o exercício de 2015 foi de R\$ 33,272 milhões.

No exercício de 2016 houve uma reversão da Ação Indenizatória por desequilíbrio econômico financeiro, movido pelo Consórcio Queiroz Galvão Camargo Corrêa - CAESP - Conselho Arbitral do Estado de São Paulo no valor de R\$ 15,461 mil. Relativamente a essa ação, os valores estão sendo revertidos em função dos pagamentos que estão sendo realizados ao Consórcio, em decorrência da decisão proferida em julho de 2015 pelo CAESP - Conselho Arbitral do Estado de São Paulo. Durante o exercício de 2017 houve uma reversão de R\$ 16,163 mil, encerrando assim o processo. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a empresa procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39,700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo - SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos.

Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de lei e não por meio de Resolução.

11) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício, a Empresa não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 estão identificados a seguir:

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	67.848	31.110
Contas a receber de clientes	34.520	89.236
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	28.747	91.045
Contas a pagar	4.337	2.310
Recebimentos antecipados	26.378	20.263

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para os instrumentos financeiros da Empresa para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos. Disponibilidade - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar. Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.

Gerenciamento de Risco - As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Empresa está sujeita a risco de liquidez e de crédito. • Risco de Liquidez - é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Substancialmente, todas as dívidas da Empresa, exceto o Parcelamento REFIS e a dívida relacionada ao ICMS sobre tração, são exigíveis em curto prazo.

• Risco de Crédito - decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeira sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos que em 31 de dezembro de 2017 equivalia a 26,66% do total de recebíveis registrados no balanço da Companhia.

12) PATRIMONIO LIQUIDO

a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 213.956.192,664 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 2017 o valor de R\$ 2.139.561.926,64 (R\$ 1.836.649.419,77 em 2016), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (Deemed cost) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Empresa, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 2017 houve aporte de recurso para futuro aumento de capital social no montante de R\$ 197.436.493,39 (R\$ 368.540.714,32 em 2016), realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

13) SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

14) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

A empresa mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2017 essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

. Valores a Receber
Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Contas a Receber e Outros Créditos" no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.
. Gratuidade - Secretaria dos Transportes Metropolitanos.
Referem-se a transações realizadas com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).
O montante das notas de débito emitidas pela EMTU/SP totalizou durante o exercício de 2017 o montante de R\$ 186,580 milhões (R\$ 171,690 milhões em 2016) e o saldo a receber junto à Secretaria dos Transportes Metropolitanos em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 10,215 milhões (R\$ 54,122 milhões em 2016).
Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores repassados pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transporte que atendem a esses referidos programas, não tramitam pelo resultado.
. Contrato de cessão de pessoal.

A empresa possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica "Contas a Receber e Outros Créditos" no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. No exercício de 2017, o montante das notas de débitos de funcionários cedidos pela EMTU/SP às outras entidades estaduais e municipais totalizou o montante de R\$ 2.393 milhões (R\$ 2.006 em 2016). Em 31 de dezembro de 2017 os saldos a receber relativos à essas transações estão assim apresentados:

Parte Relacionada	R\$ mil
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	135
Agência Reguladora Serv. Públicos. Transp.- Artesp	89
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	76
Departamento de Estradas e Rodagem - DER	26
Cia do Metropolitan de São Paulo	24
Prefeitura do Município de São Paulo	13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Fornecedores - Serviços prestados por partes relacionadas

A empresa possuía em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 9.301 (R\$ 8.340 em 31 de dezembro de 2016), referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2017 os saldos a pagar relativos à essas transações estão assim apresentados:

Parte Relacionada	R\$ mil
Cia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	137
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP	15
	152

Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da empresa é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, que está limitada à remuneração do Governador do Estado.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto - PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2017		31.12.2016	
PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS	Participantes	Homem/Hora	Participantes	Homem/Hora
Desenvolvimento Gerencial	—	—	—	—
Integração	87	1,52	122	1,54
Aperfeiçoamento Profissional	—	—	54	17,18
Especialização e Atualização	153	12,62	4	7,00
Capacitação e Reciclagem	81	8,00	145	11,86
Eventos	224	0,17	43	0,02
TOTAL - INDICADORES DE TREINAMENTO	545	22,31	368	37,60
INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2017		31.12.2016	
Número de Cursos	12	—	16	—
Empregados Treinados	545	—	368	—
Homens / Horas	22,31	—	37,60	—
INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)	43	—	38	—
INDICADORES SOCIAIS	31.12.2017		31.12.2016	
NATUREZA DE ATENDIMENTO	Empregados	Não Empregados	Empregados	Não Empregados
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	498	—	532	122
Exame Admissional	5	—	7	122*
Exame Demissional	7	—	41	—
Exame Periódico	486	—	484	—
Atendimento Ambulatorial	—	—	—	—
SERVIÇO SOCIAL	58	26	105	19
Licença Maternidade	3	—	4	—
Licença Paternidade	6	—	9	—
Visita Social / Assistencial	15	3	21	2
Auxílio Doença	4	—	13	—
Retorno ao Trabalho	3	—	8	—
Nascimentos	8	—	13	—
Falecimentos	1	23	4	17
Apoio - atendimento interno e externo	16	—	31	—
Dependência Química/outros	2	—	2	—
QUALIDADE DE VIDA	289	11	—	—
Vacinação anti-gripal	289	11	—	—
Palestra/Saúde/Qvt	—	—	—	—
SEGURANÇA DO TRABALHO	545	315	387	350
Número de Acidente de Trabalho	13	—	11	—
Treinamento de Ergonomia sessões (1)	—	—	—	—
Participantes	—	—	—	—
Treinamento de Primeiros Socorros	85	27	60	16
Treinamento de Combate a Incêndio	85	27	60	16
SIPAT	341	258	237	315
CIPA	21	3	19	3
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS	1.390	352	1024	491

*Exame admissional de não empregados= Estagiários e jovens cidadãos

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração da EMTU/SP

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de dis-

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e o Conselho de Administração recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Os pagamentos efetuados aos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, totalizaram em 2017 o montante de R\$ 1.349 (R\$ 1.302 em 2016).

Convênio SEC - Serviço Especial Conveniado - LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões

BALANÇO SOCIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

1. BASE DE CÁLCULO

	31.12.2017 (R\$ mil)	31.12.2016 (R\$ mil)
Receita Líquida (RL)	125.918	123.486
Resultado Operacional (RO)	33.458	13.257
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	66.950	65.288

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.746	7,09	3,77	4.567	7,00	3,70
Encargos Sociais Compulsórios	15.526	23,19	12,33	14.797	22,66	11,98
Saúde	10.814	16,15	8,59	9.703	14,86	7,86
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	136	0,20	0,11	162	0,25	0,13
Auxílio Creche	162	0,24	0,13	192	0,29	0,16
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	37	0,06	0,03	35	0,05	0,03
Outros	750	1,12	0,60	530	0,81	0,43
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	32.171			29.986		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	—	—	—	—	—	—
Investimentos em Pesquisa de Imagem	—	—	—	—	—	—
Investimentos em Pesquisa de Origem e Destino	—	—	—	—	—	—
Centro Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES	2.808	8,39	2,23	2.740	20,67	2,22
Serv. Especial Ligado - SEE	321	0,96	0,25	224	1,69	0,18
Outros	320	0,96	0,25	378	2,86	0,31
Total das contribuições para a sociedade	3.449			3.342		
Tributos (excluídos encargos sociais)	14.259	—	—	13.789	104,01	11,17
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	17.708			17.131		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS

	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.455	4,34	1,16	1.453	10,96	1,15

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	31.12.2017	31.12.2016
Nº de empregados ao final do período	517	520
Nº de admissões durante o período	5	3
Nº de demissões durante o período	8	41
Nº de diretores (1)	3	3
Nº de empregados terceirizados requisitados	7	9
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) (2)	315	296
Nº de estagiários	71	70
Nº de jovem cidadão	14	12
Nº de empregados acima de 45 anos	329	322
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	9	11
Efetivos por sexo: Homens (3)	403	397
Mulheres	209	217
Efetivos por tempo de serviço - média/ano (3)	11anos	10anos
Efetivos por faixa etária - média/ano (3)	45	44
% de cargos de chefias ocupados por mulheres (4)	18,37%	16,67%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa (3)	141	139
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos (4)	4,08%	4,17%
Nº de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	5	12
Nº de portadores de deficiência / necessidades especiais	4	4
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	9,9%	9,9%

Observações:

(1) Número de diretores nomeados.

(2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

torções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguarção Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas

Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Em 2017, o número de usuários deste serviço chegou a 4.952 passageiros, entre estudantes e acompanhantes. Todos os veículos são monitorados via satélite, sendo 101 na RMC e 343 na RMSP.

Durante o exercício de 2017 as transações realizadas com a Secretaria Estadual de Educação para atender ao referido programa, estão assim apresentados:

	R\$ mil
Valores Recebidos da SEE	134.841
Valores pagos aos operadores	120.120
Devolução a SEE	8.474

15) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Áreas	2017	2016
Locação de veículos auxiliares:	68	68
Manutenção Predial e Jardinagem	36	25
Jardinagem:	—	—
Portaria:	50	42
Limpeza:	31	33
Copeiragem:	4	4
Vigilância / Segurança:	81	66
Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES	36	39
Carteira de Passe Escolar Metropolitana (AME):	5	5
Gerenciamento de Obras	1	11
Malote e Mov. Correspondências:	3	3
Total	315	296

(3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários e jovens cidadãos.

(4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES

	31.12.2017	31.12.2016
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) diretores e gerentes	(x) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) diretores e gerentes	(x) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(x) não se envolve	(x) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla: (1)	(x) todos os empregados	(x) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(x) são exigidos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	(x) organiza e incentiva	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	Na empresa: 17.343 No Procon: 41 Na justiça: 95	Na empresa: 18.001 No Procon: 46 Na justiça: 103
% de reclamações e críticas atendidas:	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA	31.12.2017		31.12.2016	
Região Metropolitana de São Paulo	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	134.784	100	120.623	100
Informação	119.750	88,85	106.883	88,61
Reclamação	14.145	10,49	12.735	10,56
Sugestão	727	0,54	806	0,67
Elogios	162	0,12	199	0,16
Região Metropolitana da Baixada Santista	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	5.224	100	8.092	100
Informação	3.805	72,84	6.467	79,92
Reclamação	1.285	24,60	1.474	18,22
Sugestão	116	2,22	114	1,41
Elogios	18	0,34	37	0,45
Região Metropolitana de Campinas	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	5.403	100	7.486	100
Informação	4.050	74,96	4.072	54,40
Reclamação	1.243	23,00	3.262	43,57
Sugestão	101	1,87	147	1,96
Elogios	9	0,17	5	0,07
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	3.184	100	3.599	100
Informação	2.708	85,05	3.126	86,86
Reclamação	411	12,91	404	11,22
Sugestão	61	1,91	63	1,75

vas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2017; e d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social 2017 da EMTU/SP.

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriados para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2017 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2017, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patri-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
CLODOALDO PELISSIONI	RUBENS EMIL CURY
JOAQUIM LOPES DA SILVA JÚNIOR	MÁRIO MANUEL S. RODRIGUES BANDEIRA
AUGUSTO BEZANA	

CONSELHO FISCAL
DIOGO COLOMBO DE BRAGA
ESTEVAM ANDRÉ ROBLES JUHAS
ISADORA CHANSKY COHEN
NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

mônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ain-

VERA APARECIDA PIFFER - CT-CRC-SP 1SP 145.904/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia, (b) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação complementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguarção sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva. Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em

sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2.018.

BAZZANEZE
Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6

Karini Letícia Bazzaneze
Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
Ediclei Cavalheiro de Ávila
Contador CRC-PR 057250/O-9

da, no pronunciamento favorável dos Auditores Independentes, os Conselheiros Fiscais são de opinião que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembléia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim. São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

DIRETORIA	
Diretor Presidente:	JOAQUIM LOPES DA SILVA JÚNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro:	FERNANDO LUIZ BENTO PIRRÓ
Diretor de Gestão Operacional:	MARCO ANTONIO ASSALVE

com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e

mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2.018.

BAZZANEZE
Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6

Karini Letícia Bazzaneze
Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
Ediclei Cavalheiro de Ávila
Contador CRC-PR 057250/O-9